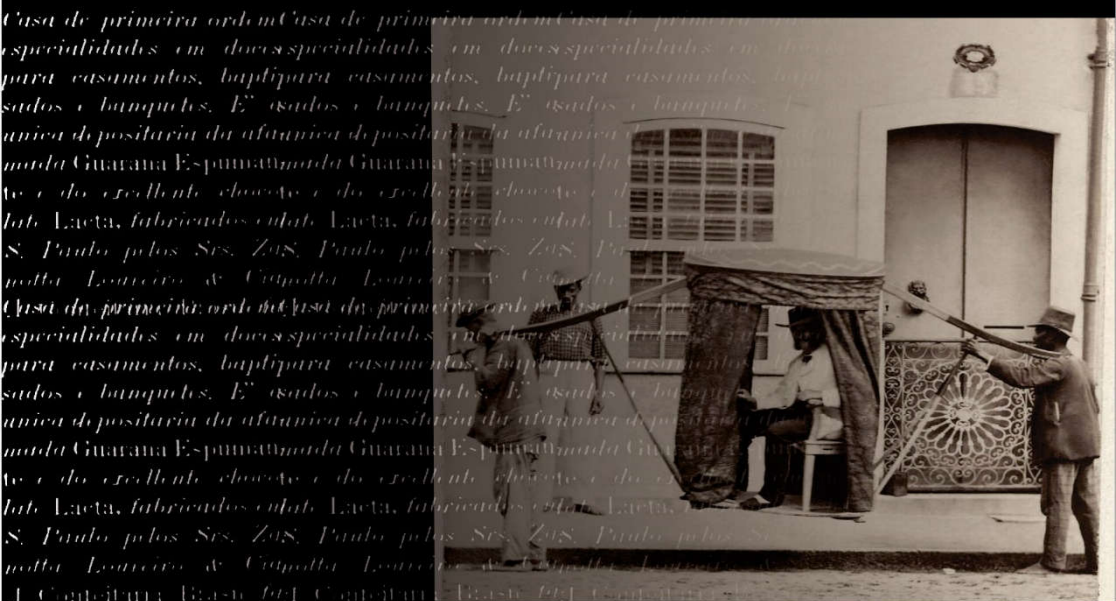




História em revista

revista do núcleo de documentação histórica



**Dossiê: História e Historiografia da Escravidão
Negra no Brasil**



**Obra publicada pela Universidade
Federal de Pelotas**

Reitor
Pedro Rodrigues Curi Hallal
Vice-Reitor

Luis Isaías Centeno do Amaral
Direção de Gabinetes da Reitoria
Paulo Roberto Ferreira Júnior
Pró-Reitora de Ensino
Maria de Fátima Cossio
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e Inovação
Flávio Fernando Demarco
Pró-Reitora de Extensão e Cultura
Francisca Ferreira Michelon
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis
Mário Renato de Azevedo Jr.
Pró-Reitor Administrativo
Ricardo Hartlebem Peter
Pró-Reitor de Gestão da Informação e Comunicação
Julio Carlos Balzano de Mattos
Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento
Otávio Martins Peres
Pró-Reitor de Gestão de Pessoas
Sérgio Batista Christino

Editora e Gráfica Universitária - Conselho Editorial
Pres. do Conselho Editorial: João Luis Pereira Ourique
Repr. das Engenharias e Computação: Darci Alberto Gatto
Repr. das Ciências Biológicas: Flávio Roberto Mello Garcia e
Marines Garcia (suplente)
Repr. das Ciências da Saúde: Francisco Augusto Burkert Del
Pino e Claiton Leoneti Lencina (suplente)
Repr. das Ciências Agrônomicas: Cesar Valmor Rombaldi,
Guilherme Albuquerque de Oliveira Cavalcanti (suplente)
e Fabrício de Vargas Arigony Braga (suplente)
Repr. das Ciências Humanas: Márcia Alves da Silva e Cláudio
Baptista Carle (suplente)
Repr. das Ciências Sociais Aplicadas: Carla Rodrigues Gastaud
Repr. das Linguagens e Artes: Josias Percira da Silva e Eleonora
Campos da Motta Santos (suplente)

Instituto de Ciências Humanas
Diretor: Prof. Dr. Sebastião Peres
Vice-Diretora: Profa. Dra. Andréa Lacerda Bachettini

*Núcleo de Documentação História da UFPel – Profa. Beatriz Ana
Loner*

Coordenadora:
Profª Dra. Lorena Almeida Gill
Membros do NDH:
Profª Dra. Lorena Almeida Gill
Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Técnico Administrativo:
Paulo Luiz Crizel Koschier

História em Revista – Publicação do Núcleo de
Documentação Histórica

Comissão Editorial:
Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes
Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Conselho Editorial:
Profª Dra. Helga I. Landgraf Piccolo (UFRGS)
Prof. Dr. René Gertz (UFRGS) (PUCRS)
Prof. Ms. Mario Osorio Magalhães (UFPel)
Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)
Profª. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFMS)
Profª. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)
Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)
Profª. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)
Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos
Aires).
Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)

Editores: Jonas Moreira Vargas | Paulo Roberto Staudt
Moreira | Caiuá Cardoso Al-Alam
Editoração e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier
Capa: Alberto Henschel, **Escravos transportando
homem numa liteira.** Salvador, c.1869. Acervo Instituto
Moreira Sales.

Editora e Gráfica Universitária
R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 |
Fone/fax: (53)3227 8411
e-mail: editora@ufpel.edu.br

Edição: 2018/2
ISSN – 1516-2095

Dados de catalogação na fonte:
Aydê Andrade de Oliveira - CRB - 10/864

História em revista / publicação do Núcleo de
Documentação Histórica. Instituto de Ciências
Humanas. Universidade Federal de Pelotas.
v.24/2, (mar. 2019). – Pelotas: Editora da
UFPel, 2019.
1v.

Semestral
ISSN 1516-2095

1. História - Periódicos. I. Núcleo de
Documentação Histórica. Instituto de Ciências
Humanas. Universidade Federal de Pelotas.

CDD 930.005

**Indexada pela base de dados Worldcat
Online Computer Library Center**

UFPel/NDH/Instituto de Ciências Humanas
Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Pelotas/RS - CEP: 96010-770
Fone: (53) 3284 3208 - <http://wp.ufpel.edu.br/ndh/>
e-mail: ndh.ufpel@gmail.com

*** Obra publicada em março de 2019**



Os textos contidos neste volume são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores. Salvo
informação explícita em contrário, o(a)(s) autor(a) (es) respondem pelas informações textuais e imagéticas
contidas no presente volume.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

INTRODUCTION

Jonas Moreira Vargas | Paulo Roberto Staudt Moreira | Caiuá
Cardoso Al-Alam 05

O 13 DE MAIO NOS RELATOS DO IMPRESSO NEGRO PELOTENSE A ALVORADA (1931-1935)

THE 13TH OF MAY IN THE REPORTS OF THE BLACK PELOTENSE'S
PRINT A ALVORADA (1931-1935) 09
Ângela Pereira Oliveira Balladares

A ESCRAVIDÃO NO ARRAIAL DO TEJUCO (1731-1733): ENSAIO ACERCA DA DINÂMICA SOCIAL E HIERARQUIZAÇÃO, SOB A ÓTICA DOS REGISTROS BATISMAIS

SLAVERY IN THE ARRAIAL DO TEJUCO (1731-1733): ESSAY ON
SOCIAL DYNAMICS AND HIERARCHY, FROM THE PERSPECTIVE OF
BAPTISMAL REGISTERS 38
Ane Caroline Câmara Pimenta | Elaine Leonara de Vargas Sodré

MARGENS DE LIBERDADE: CONTROLE E AUTONOMIA NAS ÚLTIMAS DÉCADAS DA ESCRAVIDÃO EM JAGUARÃO (1870-1888)

MARGINS OF FREEDOM: CONTROL AN AUTONOMY IN THE LAST
DECADES OF SLAVERY IN JAGUARÃO (1870-1888) 65
Matheus Batalha Bom

DE EUZÉBIO ESCRAVO, FILHO DA PRETA NAGÔ ÂNGELA, A EUZÉBIO BARCELLOS LIBERTO: PROJETOS DE LIBERDADE NA COMUNIDADE ESCRAVA DO COMENDADOR CIPRIANO RODRIGUES BARCELLOS

OF EUZÉBIO SLAVE, SON OF BLACK NAGÔ ÂNGELA, TO EUZÉBIO
BARCIELOS FREED SLAVE: DESIGNS OF FREEDON IN THE
COMMUNITY SLAVE OF CENDER CIPRIANO RODRIGUES BARCELLOS 85
Natália Garcia Pinto

**MANIPANÇOS, FEITIÇARIAS, ALCORÕES: AFRICANOS
MUÇULMANOS NO BRASIL MERIDIONAL (PORTO ALEGRE,
SÉCULO XIX)**

MANIPANÇOS, SORCERY, QURAN: MUSLIM AFRICANS IN SOUTHERN
BRAZIL (PORTO ALEGRE, 19TH CENTURY)

Paulo Roberto Staudt Moreira 107

**ENTRE A PERMISSÃO E A PROIBIÇÃO: BATUQUES, DANÇAS E
CONFLITOS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO DURANTE O
SÉCULO XVIII**

BETWEEN PERMISSION AND BAN: BATUQUES, DANCES AND
CONFLICTS IN PERNAMBUCO CAPTAINCY DURING THE EIGHTEENTH
CENTURY

Josinaldo Sousa de Queiroz | Priscila Gusmão de Andrade 141

“É UMA NEGRA FEITICEIRA, MULHER RUIM”: RELAÇÕES DE
GÊNERO, RAÇA E MASCULINIDADE. ANÁLISE DE UM PROCESSO-
CRIME, 1918 (SANTA MARIA –RS)

"SHE IS A BLACK SORCERESS, A BAD WOMAN": RELATIONS OF
GENDER, RACE AND MASCULINITY. ANALYSIS OF A CRIMINAL
PROCESS, 1918 (SANTA MARIA -RS)

Lisiane Ribas Cruz | Priscilla Almaleh 163

**O PROTAGONISMO FEMININO NO CENTRO ABOLICIONISTA E
NAS FESTAS DA ABOLIÇÃO EM PORTO ALEGRE (RS/ SEC. XIX)**

THE FEMALE PROTAGONISM ON ABOLITIONIST CENTER AND ON
ABOLITION PARTIES IN PORTO ALEGRE (RS/ 19TH CENTURY)

Tuane Ludwig Dihl 192

**DE EUZÉBIO ESCRAVO, FILHO DA PRETA NAGÔ ÂNGELA, A
EUZÉBIO BARCELLOS LIBERTO: PROJETOS DE LIBERDADE NA
COMUNIDADE ESCRAVA DO COMENDADOR CIPRIANO
RODRIGUES BARCELLOS**

OF EUZÉBIO SLAVE, SON OF BLACK NAGÔ ÂNGELA, TO EUZÉBIO BARCELLOS
FREED SLAVE: DESIGNS OF FREEDOM IN THE COMMUNITY SLAVE OF CENDER
CIPRIANO RODRIGUES BARCELLOS

Natália Garcia Pinto¹

Resumo: Procuo observar neste artigo o quanto à vivência de laços familiares potencializou ou dificultou a processo de obtenção da liberdade. É sabido que tanto o processo de manumissão como a família eram importantes elementos de uma política de domínio senhorial, no entanto, cabe enfatizar a luta pela conquista da liberdade pelos cativos ao se apropriarem desses artifícios senhoriais. Para tal envergadura priorizarei uma comunidade escravizada de um dos grandes proprietários da localidade, com o objetivo de reunir o máximo de fontes e indícios para a reconstrução da história dos afetos e dos laços familiares do biografado em questão, o liberto Euzébio Rodrigues Barcellos.

Palavras-Chave: Escravidão – Família Escrava – Liberdade

Introdução

Muitos foram os caminhos trilhados para a conquista da liberdade, seja através da autocompra da alforria, da prestação de serviços por determinado tempo ao seu senhor ou parente do mesmo, ou por intermédio da ajuda de familiares e da comunidade cativa, muitos escravos conseguiram ver-se livres do cativeiro antes de 1888. Como bem destaca Rebecca Scott muitas foram às lutas para os processos de emancipação escrava no mundo atlântico. Batalhas estas que foram “individuais ou familiares, às vezes de toda uma comunidade” (SCOTT, 2005, p. 133), que buscaram construir suas próprias versões sobre o significado da liberdade.

Um dos objetivos deste artigo é explorar a importância do parentesco

¹ Doutora em História – UFRGS. email: nataliag.pinto@gmail.com

escravo nos projetos de emancipação no século XIX. Na historiografia social da escravidão é comum encontrarmos análises que enfatizam o aspecto potencial da família escrava nos projetos de liberdade (PINTO, 2018; PINTO, 2012, SLENES, 2011, FREIRE, 2009). A proposta de abordar a importância dos laços afetivos e familiares nos projetos de liberdade se fará em uma escala micro, ao analisarmos uma comunidade específica de um escravista charqueador. A escolha desta senzala em específico ocorreu devido à possibilidade de juntarmos uma gama variada de fontes documentais a respeito dos escravizados desta comunidade negra, além de um sujeito específico que dá nome ao artigo proposto. O ex-escravizado Euzébio foi um importante agente de seu tempo lutando após a sua conquista da alforria por melhores condições de vida de seus parceiros em importantes centros da comunidade negra local pelo processo de abolição da escravatura na sociedade de Pelotas.

A cidade de Pelotas, cenário em que a família de Euzébio Barcellos vivenciou tanto a experiência do cativo quanto da liberdade, era um dos centros escravistas mais importantes da Província do Sul, sendo comparado com os plantéis escravistas no país, como o sudeste brasileiro. Pela análise de Vargas,

(...) Pelotas, também parece nos servir como laboratório de análise para se entender as regiões de grandes plantéis de escravos no Brasil. Seus dados acerca do percentual de cativos em relação aos homens livres, a razão de sexo e africanidade e os índices de concentração de escravos são equivalentes ao das regiões de plantations açucareiras e cafeeiras. Isto demonstra que a sua economia era bastante dependente do tráfico atlântico e ajuda a explicar o apego da sua elite à escravidão (VARGAS, 2013, p. 123).

Em síntese, o trabalho escravo em Pelotas estava disseminado por toda a sociedade, nas diferentes faixas de riqueza e segmentos sociais. A análise da propriedade de escravos no município indica uma significativa presença de pequenos senhores, porém os mesmos não detinham representativos números no computo geral de escravos. Por outro lado, um pequeno número de escravistas, concentrando um grande volume de mão de obra escravizada em suas propriedades (PINTO, 2017). Há também uma forte presença de escravizados estrangeiros, os africanos nas propriedades escravistas até meados

da década de 1870. Após esse período constatou-se um processo de crioulização nas propriedades escravistas devido ao possível abastecimento de escravos via o tráfico interprovincial ou mesmo pela reprodução endógena nas escravarias (PINTO, 2017).

A luta pela liberdade não significava para os ex-escravizados apenas o sucesso de poder romper com o poder senhorial, ia mais além, na manutenção diária de uma comunidade pautada no parentesco, na solidariedade, sobretudo, pautados na experiência do cativo e redefinidos na experiência da liberdade. A alforria era um dos meios mais utilizados pelos escravizados para libertarem da escravidão. A vida ou a sobrevivência em liberdade (ou a sobrevivência) destes indivíduos foi reorganizada e reelaborada na diáspora na América nas comunidades de senzala em torno do parentesco, lutando pela liberdade e por espaços de cidadania dentro da escravidão brasileira.

A Comunidade Escrava do Comendador Cipriano Rodrigues Barcellos

A família dos Rodrigues Barcellos concentrava uma das mais substanciais fortunas escravistas do município de Pelotas. Entre os anos de 1820 a 1840, segundo Vargas, “possuíam um importante prestígio político regional e chegaram a possuir sete charqueadas na região” (VARGAS, 2013, p. 413). Cipriano Rodrigues Barcellos e seus irmãos não apenas se dedicavam a exportação do charque para as outras províncias do Império, mas também tinham ligações com o comércio marítimo, “seja atuando na exportação e importação consignada a partir de armazéns do Porto de Rio Grande” (VARGAS, 2013, p. 413). Além disso, Cipriano e seus irmãos pertenciam à primeira geração de charqueadores na localidade. O comendador Cipriano Rodrigues Barcellos faleceu no ano de 1869, em uma situação financeira nada confortável. Deixou uma modesta quantia em dinheiro aos seus herdeiros, ações a respeito de um camarote no Teatro da cidade (o qual não especificou qual seria), bens de raiz, como uma casa de propriedade que era de sua morada, casa térrea com quatro portas e janelas, situada na Rua Santo Antônio, terrenos também pela cidade, a mobília da casa, seis escravos e a charqueada localizada

na região do Costa.²

O comendador Cipriano Rodrigues Barcellos não se absteve de dar liberdade a alguns de seus cativos. No total, foram doze agraciados com a alforria em vida (não legando ou alforriando em testamento), sendo nove indivíduos africanos e três de origem africana. O primeiro registro de alforria que encontramos foi da africana Libania, nação nagô, com mais de trinta anos de idade, cor preta, foi alforriada mediante o pagamento pela escrava de 700\$ mil réis.³ Os únicos cativos que obtiveram a liberdade via a compra da manumissão foram: Libania e Joaquim. Este também era africano, nação nagô, o qual mediante a quantia de 1:700\$ mil réis alcançou a liberdade.⁴ Um detalhe interessante é que Libania e Joaquim foram os únicos escravos que puderam adquirir a sua liberdade por compra, e, além disso, não tinham o compromisso de cumprir, depois do pagamento da manumissão, qualquer tipo de condição. Não sabemos como esses escravizados conseguiram amearhar a quantia para ter conseguido a alforria, apenas somos conhecedores de que Joaquim era carpinteiro, o qual poderia angariar fundos pecuniários alugando seus serviços a terceiros, claro se isso fosse permitido por seu senhor.⁵ A maioria dos escravos do Comendador foi alforriada sem nenhuma condição imposta, apenas a africana Ângela, nação nagô, teve a sua liberdade condicionada a um determinado tempo de trabalho, além de ter que pagar certa quantia para livra-

² Inventário do Comendador Cipriano Rodrigues Barcellos. Número do processo 681. Maço: 42. Ano: 1869. (APERS).

³ Carta de alforria concedida em 24/09/1845 e registrada em 25/09/1845. Livro 02 (1844/1846), fl. 44r. Livros Notariais de Registros Ordinários. Primeiro Tabelionato da Cidade de Pelotas. APERS.

⁴ Carta de alforria registrada em 12/06/1860 e registrada em 24/12/1860. Livro 05 (1855-1861), fl. 83r. Livros Notariais de Registros Ordinários. Primeiro Tabelionato da Cidade de Pelotas. APERS.

⁵ Segundo a análise de Mary Karasch (2000, p. 440), “a maioria dos ex-escravos devia sua alforria aos esforços próprios ou de determinados senhores. As cartas sugerem também os valores e as ideias dos escravos sobre as condições da escravidão, que os levavam a labutar até quarenta anos em busca da liberdade. Sobretudo, elas iluminam a força do espírito humano na superação de todo o trauma da escravização, da doença e do sofrimento para obter a liberdade para si e seus entes queridos. Diríamos, portanto, que os escravos cariocas entravam para a categoria dos livres não por senhores ‘benevolentes’ concediam gentilmente a liberdade, mas porque eles a compravam”.

se do jugo do cativoiro.

O comendador Cipriano Rodrigues Barcellos estabeleceu uma hierarquia entre seus escravos ao conceder liberdade a alguns e a outros, não. Foi possível verificar que a grande maioria dos contemplados com a liberdade tinha laços familiares enraizados nessa comunidade cativa. Vejamos o caso da africana Luiza, nação Congo, foi alforriada “atendendo ao bem que me tem servido”.⁶ Talvez os anos de dedicação de bom trabalho e fidelidade tenham proporcionado a Luiza, a liberdade sem condição, todavia essa alforria nada tinha de gratuita devido aos anos de serviços trabalhando na charqueada de seu senhor. Perseguindo os rastros documentais a respeito dessa africana, descobrimos que era casada legitimamente via face da Igreja, com João Manoel, africano e também de nação Congo. Este casal teve quatro filhos, sendo que apenas dois vingaram na escravaria. O primogênito da família, o escravo Turíbio, crioulo, nascido dia vinte e sete de abril do ano de mil oitocentos e trinta e um, tendo como padrinhos espirituais, o escravo Manoel Congo, de propriedade de Cipriano Rodrigues Barcellos e como madrinha⁷ Nossa Senhora da Conceição.⁸ Mauro Tavares (2008) destaca em seu estudo sobre irmandades que o culto a Nossa Senhora da Conceição era realizado por brancos, pardos e negros. O crioulo Turíbio faleceu com apenas onze meses de idade devido a uma febre.⁹ No dia vinte e sete de janeiro de 1833, nascia à pequena crioula Maria, filha legítima dos africanos João Manoel e Luiza, ambos de nação Congo, a qual foi apadrinhada pelos escravos Domingos e Maria.¹⁰ Em abril do ano de 1833, falecia o crioulo Salvador, filho do casal, também devido a uma febre, porém

⁶ Carta de alforria concedida em 26/09/1853 e registrada em 27/09/1853. Livro 06 (1853-1854), fl. 23r. Livros Notariais de Registros Ordinários. Primeiro Tabelionato da Cidade de Pelotas. APERS.

⁷ Moreira (2010, pps. 115) explica que a escolha de Nossa Senhora da Conceição como madrinha não deve gerar estranheza: “por não ser deste mundo, não deve nos fazer pensar que não tinha influência no cotidiano mundano. Ter Nossa Senhora por Madrinha também angariava parentescos simbólicos, afinidades, aliados”.

⁸ Batizado ocorrido em 18/05/1831. Livro 01 (1812-1835) de Batismos de Escravos da Catedral São Francisco de Paula, fl. 178r. ACDP.

⁹ Óbito assentado no dia 06/04/1833. Livro 01 (1812-1845) de Óbitos de Escravos da Catedral São Francisco de Paula, fl. 141v. ACDP.

¹⁰ Batizado ocorrido em 21/02/1833. Livro 01 (1812-1835) de Batismos de Escravos da Catedral São Francisco de Paula, fl. 210v. ACDP.

não encontramos o registro de seu batismo.¹¹ Passados treze anos, nascia à filha caçula do casal, a crioula Margarida, que recebeu os santos óleos em outubro do ano de 1846, tendo como padrinhos, o pardo Francisco e a africana Joana, nação Cabinda, escravos de Boaventura Teixeira Barcellos.¹² Luiza foi o único membro de sua família a conseguir a liberdade, pois seu esposo e filhos ainda permaneceram sob o domínio daquela família e, provavelmente, Luiza continuou atrelada a essa casa senhorial, quiçá prestando-lhe serviços em virtude de não se separar de seus afetos.

É notório que o paternalismo era um instrumento de controle social, no entanto, os cativos aproveitavam as brechas que o sistema normativo lhes proporcionava, para se possível usufruir algum benefício dessa política a seu favor, tais como, a carta de manumissão. Com efeito, o jogo de relações em torno da liberdade passava pela malha senhorial, sem dúvida, mas ao redefinirem os acordos e regras de suas relações, os cativos podiam reverter, em alguns casos, a situação, aproveitando-se dos próprios recursos utilizados para dominá-los, pois, era necessário sobreviver no sistema antes de tudo (LARA, 1988; CHALHOUB, 1990).

Em contrapartida, ser um escravo obediente e disciplinado podia levar este cativo ao caminho da futura liberdade em suas mãos (REIS; GOMES; CARVALHO, 2010). A obediência e estar inserido em relações familiares e comunitárias proporcionavam maiores possibilidades de os escravos conseguirem a alforria. Esse parece o caso da africana Luiza, a qual foi alforriada “atendendo ao bem que me tem servido”, somado a isso a rede familiar que tinha, a qual podia ter contado com o auxílio de seu marido e filhos, para a obtenção da carta de liberdade. O sistema não era benevolente, apesar do discurso contido na carta de Luiza querer afirmar a bondade de seu proprietário para com sua cativa. Como destacamos, a luta pela liberdade era um projeto coletivo, em que as famílias escravas tinham um papel de relevância, onde tais sujeitos poderiam planejar uma vida melhor fora do cativo, tendo uma nova

¹¹ Data do Obituário ocorrido no dia 08/04/1833. Livro 01 (1812-1845) de óbitos da Catedral São Francisco de Paula, fl. 153r. ACDP.

¹² Batizado ocorrido em 25/10/1846. Livro 02 (1835-1852) de Batismos de Escravos da Catedral São Francisco de Paula, fl. 92r. ACDP.

condição jurídica. Todavia nem sempre todos conseguiam de fato essa nova configuração, sendo o sonho da liberdade vivenciado pela metade.¹³ A família da africana Luiza é um exemplo disto, mesmo negociando e lutando pela liberdade de um parente, tais indivíduos experimentavam a dura realidade de ainda terem afetos sob o jugo da escravidão. A passagem do cativo para a liberdade não devia ser nada fácil para esses indivíduos, o caminho a ser percorrido para se tornar livre era cheio de empecilhos, certamente, nada fácil trilharem o caminho da liberdade quando se tinha vínculos afetivos que permaneciam sob o jugo da escravidão.¹⁴

Ao que tudo indica, o Comendador Cipriano Rodrigues Barcellos privilegiou alforriar escravos que possuíam relações familiares em sua comunidade cativa. Exemplo disso também é a história da família do crioulo Euzébio, filho da africana Ângela, uma nagô, que conseguiu ascender socialmente dentro de uma sociedade escravista, sendo reconhecido como uma das lideranças negras dentro da comunidade cativa e liberta da sociedade pelotense. Além disso, o núcleo familiar de Euzébio foi o que conseguiu maior êxito dentro da comunidade do charqueador no que concerne a liberdade: sua mãe e irmãos foram contemplados com a liberdade, cada um em um determinado período e de uma maneira específica.

A vida e afetos de Euzébio

Euzébio nascera aos cinco dias do mês de agosto do ano de mil oitocentos e quarenta e oito, filho natural da preta Ângela, escravos de

¹³ Segundo FONER (1988, p. 20-22), “libertar as suas famílias da autoridade dos brancos era para os negros um elemento indispensável da liberdade”. Mais adiante, o autor afirma que “os homens e mulheres negras compartilhavam de um ardente desejo de obter a estabilidade da vida familiar como um signo de liberdade e uma sólida base sobre a qual poderia florescer uma nova comunidade negra”.

¹⁴ Segundo FRANCISCO (2007, p. 123) “a emancipação do cativo trouxe para os escravos a tão desejada liberdade, o direito de ir e vir, de possuir objetos que lhes eram vetados, de formarem famílias sem o medo de serem separados. O mundo da liberdade só estava se iniciando para esses homens e mulheres egressos do cativo, entretanto, a caminhada por essa nova estrada lhes reservaria várias surpresas, nem sempre agradáveis”.

propriedade de Cipriano Rodrigues Barcellos, e teve como padrinhos espirituais Manoel Vaz e Maria da Porciúncula, dos quais não foram informados a condição jurídica no assento do batismo.¹⁵ Não encontramos o registro de batismo da mãe de Euzébio. Rastreado os vestígios documentais descobrimos que a africana Ângela teve mais quatro filhos na senzala do Comendador Barcellos. Após quase três anos do nascimento de Euzébio, Ângela deu a luz à pequena crioula Ediviges, a qual recebeu os santos óleos dos padrinhos Adão José da Silva, liberto, e Dometilde Rosa Pereira, escrava de Dona Dorotéia Caldeira.¹⁶ Posteriormente, nasceu Teófilo no dia cinco de março do ano de 1854, que fora apadrinhado por Tomás, escravo do Comendador Cipriano Rodrigues Barcellos e amadrinhado por Vitorina, escrava do Capitão Joaquim José Guimarães.¹⁷ Domicio nasceu em vinte e três de outubro do ano de 1856, onde sua mãe estreitou laços de parentesco com Antônio, escravo de Cipriano Barcellos e Lucinda escrava de Benito Maurell.¹⁸

A caçula dessa família foi Júlia, nascida no primeiro dia do mês de junho de 1861, que teve como padrinhos espirituais o sobrinho do Comendador, Candido Antônio Barcellos, e a escrava Mariana da Conceição.¹⁹ Observei que a maioria dos laços de parentesco costurados na pia batismal da família do crioulo Euzébio se deu entre membros da comunidade de senzala do Comendador, ou com escravos de outras propriedades.

A historiadora Rocha (2004, p. 126) atenta que o contato de escravos de propriedades diferentes pelo compadrio podia garantir “a possibilidade da superposição de parentescos consangüíneos e rituais. Isto é, o compadrio podia unir parentes consangüíneos pertencentes a diferentes senhores, que tivessem

¹⁵ Batizado ocorrido no dia 13/10/1849. Livro 02 (1835-1852) de Batismos de Escravos da Catedral São Francisco de Paula, fl. 187v. ACDP.

¹⁶ Batizado ocorrido em 21/12/1851. Livro 02 (1835-1852) de Batismos de Escravos da Catedral São Francisco de Paula, fl. 274v. ACDP.

¹⁷ Batizado ocorrido em 14/05/1854. Livro 03 (1853-1859) de Batismos de Escravos da Catedral São Francisco de Paula, fl. 62v-63r. ACDP.

¹⁸ Batizado ocorrido em 30/11/1856. Livro 03 (1853-1859) de Batismos de Escravos da Catedral São Francisco de Paula, fl. 144v. ACDP.

¹⁹ Batizado ocorrido em 15/08/1861. Livro 11 (1861-1863) de Batismos de Livres da Catedral São Francisco de Paula, fl. 20v. ACDP.

sido separados ou vendidos”. Além do mais, a escolha de optar por padrinhos de mesma condição jurídica pela africana Ângela talvez indique uma estratégia ou preocupação de reafirmar laços e amizades, mas também escolher bons aliados que lhes garantissem algum auxílio dentro do mundo da escravidão, “marcado por suas incertezas” (FRAGOSO, 2009, p. 161).

O único membro da família da africana Ângela a ser batizado por um membro da família senhorial foi a caçula Júlia, que teve como padrinho o sobrinho do comendador, Candido Antônio Barcellos. É possível que essa aliança sacramentada na pia batismal tivesse a intenção de proporcionar uma vida mais segura, de proteção social, para a caçula da família. O compadrio deve ser entendido como uma relação de troca, mesmo sendo estabelecida entre partes desiguais (senhores e escravos).

Além de Júlia ter um padrinho espiritual pertencente à casa senhorial, foi alforriada na pia batismal sem nenhuma cláusula de condição no dia que recebeu os santos óleos. A carta de alforria da crioula Júlia foi registrada no cartório da cidade, constando que a mesma foi alforriada gratuitamente.²⁰ Todavia, o tempo da redação da carta concedida até o seu registro no livro do cartório, cerca de um ano, leva-nos a aventar a hipótese de que talvez a mãe da pequena criança tivesse amealhado recursos financeiros para a compra da manumissão. Aparentemente, Júlia foi libertada sem ônus ou condição. Chama a atenção que o padrinho dela - Cândido Antônio Barcellos -, além de sobrinho do Comendador, era afilhado do mesmo. Podemos inferir que houvesse relações de amizade entre a africana Ângela e Cândido Barcellos ou de afetos, talvez. Uma provável paternidade que para remir seus pecados de consciência resolveu por libertar a filha tida com uma escravizada. Como padrinho de Júlia poderia exercer o papel de protetor e benfeitor de sua afilhada ou filha.

Interessante mencionar que a crioula Júlia não foi o primeiro membro da família a caminhar em direção à liberdade, sua irmã Ediviges recebeu a manumissão oito anos antes. O charqueador Cipriano Rodrigues Barcellos concedeu plena liberdade a crioula Ediviges no ano de mil oitocentos e

²⁰ Carta concedida em 27/08/1862 e registrada em 25/08/1863. Livro 08 (1860-1867), fl. 26r. Primeiro Tabelionato da Cidade de Pelotas. Registros Ordinários. APERS.

cinquenta e quatro.²¹ Como dito anteriormente, a maioria das alforrias legadas pelo Comendador Barcellos foram sem ônus e condição. Os contemplados com a liberdade, grande parte, tinham relações familiares na comunidade escrava desse charqueador. Salientamos que o ato de alforriar cativos com relações familiares nos plantéis poderia servir com o propósito de manter sob sua guarda os ex-cativos como dependentes para os senhores escravistas. Pensando a respeito da perspectiva senhorial, legar determinadas cartas de liberdade podia apaziguar os embates do cotidiano das escravarias, reiterando o sistema. Conforme a análise de Florentino & Goés (1997), o parentesco seria responsável pela manutenção do escravo no cativeiro, fato que proporcionaria uma “paz na senzala”. Por outro lado, para aqueles escravizados que obtiveram suas alforrias por meio das mais variadas estratégias (compra, prestações de serviços, etc.), a história pode ser vista por outro ângulo. A manumissão contemplada a um familiar, além de gerar a liberdade deste indivíduo, possibilitava aos demais pertencentes do grupo uma chance de também serem agraciados com a carta de liberdade. Um filho, pai ou mãe libertos poderia amealhar recursos pecuniários para compra da carta, ou buscar auxílio de terceiros para intervir sobre a liberdade de um parente. A passagem para a liberdade não seria realizada apenas pela “paz da senzala”, mas entre uma zona de conflitos, fruto do embate de negociações e estratégias entre senhores e escravos, em que muitas vezes a obediência e a submissão eram caminhos em direção à liberdade para si ou um familiar.²²

Essa zona de conflitos e estratégias proporcionou a liberdade “gratuita” para as duas filhas da africana Ângela. Depois de passado um ano da liberdade concedida pelo Comendador a çaçula dessa família, a contemplada da

²¹ Carta concedida em 17/04/1854 e registrada em 16/08/1854. Livro de Registros Ordinários nº 06 (1853-1854), fl. 49v. Primeiro Tabelionato da Cidade de Pelotas. APERS.

²² Para Slenes (2011, p. 48), “a família cativa – nuclear, extensa, inter geracional – contribuiu decisivamente para a criação de uma ‘comunidade’ escrava, dividida até certo ponto pela política de incentivos dos senhores, que instaurava a competição de recursos limitados, mas ainda sim unida em torno de experiências, valores e memórias compartilhadas. Nesse sentido, a família minava constantemente a hegemonia dos senhores, criando condições para a subversão e a rebelião, por mais que parecesse reforçar o domínio na rotina cotidiana”.

vez foi Ângela. Interessante notar que essa africana de nação nagô, a qual abasteceu com muitas crias a comunidade escrava de seu proprietário, teve a passagem para a liberdade distinta das suas filhas, visto que ela teve que pagar uma determinada quantia pelo papel de liberdade, além de cumprir uma determinada prestação de serviço.

A escolha de alforriar a africana Ângela deve ter sido muito bem pensada e calculada pelo Comendador Barcellos. Ao que parece ela foi uma trabalhadora que serviu seu senhor com bons trabalhos, além de ter dado crias para seu plantel, especialmente crias do sexo masculino que seriam utilizadas nos serviços da charqueada. Todavia a liberdade de fato só se concretizaria após a morte do senhor, tendo essa escravizada ter que trabalhar por mais alguns anos até ser uma mulher livre do cativo. Esse caso evidencia uma situação ambígua e de limite vivenciados por esses escravizados e libertos, visto que ao mesmo tempo, viviam entre a fronteira da liberdade e do cativo, visto que a liberdade de fato estava num horizonte de possibilidades que se concretizaria de fato após o falecimento do proprietário. Entretanto, mesmo presa a cláusula de prestação de serviços, Ângela conseguiu uma grande vantagem: seu ventre era antecipadamente livre, gerando a partir da confecção da carta, rebentos que mesmo que ainda tivessem que conviver na senzala com uma mãe ainda cativa não era mais *propriedade* e sim nasciam livres. Mas não esqueçamos que a liberdade condicionada de Ângela ou dos demais escravos alforriados sob essa modalidade servia como estratégia senhorial de controle desses trabalhadores na passagem da escravidão para a liberdade (MOREIRA, 2003).

As alforrias legadas gratuitamente a Ediviges e Júlia, e a liberdade condicionada a Ângela, demonstram que o sistema não era benevolente e, ao mesmo tempo, esses indivíduos tiveram que lidar com astúcia para libertarem-se da escravidão. A relutância de libertar Ângela apenas após o seu falecimento pode indicar que o Comendador não queria perder uma mão de obra qualificada. Ela poderia ter uma posição hierárquica privilegiada dentro da comunidade escrava que pertencia. Ângela era africana, de nação nagô, proveniente de algum porto da região da Costa Ocidental da África. Provavelmente chegou a escravaria do Comendador no auge do tráfico transatlântico. Quem sabe ela fosse elemento importante no processo de socialização dos escravos adultos

recém-chegados na propriedade, ensinando-lhes os ditames e as normas do rotineiro trabalho nas charqueadas, ou relembando as tradições africanas que atravessaram o atlântico com esses indivíduos. Além disso, Ângela poderia ter sido um importante conector entre o mundo dos escravos e o mundo senhorial,²³ podendo apaziguar os possíveis conflitos e tensões existentes dentro da comunidade escrava, e barganhar com o mundo senhorial por direitos ou costumes que, possivelmente trouxessem mais “sossego” à comunidade cativa do Comendador Cipriano Rodrigues Barcellos.

Contudo, houve um revés na vida do Comendador Barcellos no mesmo ano que em que ele lega a carta de manumissão da africana Ângela. Em dezembro do ano de 1862, Cipriano Rodrigues Barcellos e sua esposa Rita Bernarda da Silva vendem um lote de cinquenta e cinco escravos para seu afilhado e sobrinho, Cândido Antônio Barcellos. A família de Ângela estava arrematada nesse lote de vendas. Ela, Teófilo e Euzébio foram comprados pelo sobrinho de seu ex-proprietário. Euzébio, o primogênito de Ângela foi descrito com quatorze anos de idade, tendo o ofício de servente de charqueada. A ocupação de sua mãe não foi declarada, apenas que tinha a idade de trinta e quatro anos.²⁴

O fato é que Ângela foi vendida com seus familiares, no entanto, ela era uma libertada condicionada a servir seu senhor até a morte dele. As alforrias condicionadas à morte do proprietário representavam um momento singular e tenso na vida dos alforriados, pois poderia significar a troca de senhor e um novo tempo de incertezas na vida de um novo cativo, “havendo ainda a ansiedade da adaptação ao jugo de um novo senhor, com todo um cortejo

²³ Ou seja, os jogos tramados entre as partes envolvidas na busca de seus anseios tanto passava pelos cálculos senhoriais como pelas artimanhas dos cativos ao estabelecerem as regras sociais em torno da liberdade. Conforme salientou Engemann, (2008, p. 149-150) “tanto a comunidade modelava o senhor, quanto o senhor definia a comunidade, ainda que o fizessem em graus e intensidades diferentes. Em última instância, o proprietário era um dos mais fortes conectores entre a vida cativa e o mundo exterior a fazenda. Acresce a isso o fato de que era com esse proprietário que a comunidade jogava pelos seus benefícios, buscando no máximo possível atingir seus objetivos, isto é, assentar um costume aceitável no convívio diário”.

²⁴ Registro de Compra e Venda de escravos realizada no dia 01/12/1862. Livro 09 (1860-1864), fl. 105r. APERS.

desconhecido de caprichos e vontades” (CHALHOUB, 1990, p. 111). Somado a isso os escravizados não sabiam ao certo se os direitos adquiridos durante anos de trabalho, pautados na obediência e fidelidade ao seu antigo senhor, teriam continuidade (e garantia) de prevalecerem com os futuros senhores. Toda essa tensão deve ter ambientado a vida da família da africana Ângela.

O acordo realizado para tornar-se livre do cativo continuou valendo mesmo após a sua venda, ao sobrinho e afilhado do Comendador Cipriano Rodrigues Barcellos? Vasculhando os registros de alforrias cartorárias concedidas por Cândido Antônio Barcellos nenhuma fazia referência a mãe do crioulo Euzébio. Talvez ele tenha mantido o acordo realizado entre Cipriano Barcellos e Ângela, ou na pior das hipóteses ela tenha retornado ao cativo. Mas pelo menos a mãe do Euzébio obteve: as liberdades de suas filhas Eduvíges e Júlia, as quais gerariam netos livres, ou seja, uma geração nascida sob os auspícios da liberdade.

Não sabemos por quanto tempo Euzébio trabalhou na charqueada de Cândido Antônio Barcellos. O certo é que não por muito tempo sob a tutela deste senhor. Euzébio foi novamente vendido para outro integrante da família senhorial. Agora seu novo proprietário chama-se Cosme Rodrigues Barcellos. A causa da venda não foi descoberta e nem quando ocorrerá. Nessa nova experiência de cativo na vida do crioulo Euzébio temos mais informações a seu respeito. Ele foi alforriado no ano de 1883, com mais de trinta anos de idade, e não trabalhava apenas como servente de charqueada, tinha aprendido outra ocupação, era também carpinteiro. Cosme Rodrigues Barcellos concedeu carta de liberdade a Euzébio da seguinte maneira:

(...) em atenção à estima e amizade que lhe tributo e por isso sem receber por esta liberdade a mínima retribuição pecuniária. O escravo foi matriculado em 02-05-82, sob nº 2283 da matrícula geral e 1 de ordem na relação.²⁵

Euzébio foi alforriado gratuitamente, segundo as informações contidas em sua manumissão. Mas é possível que tenha pagado uma quantia por

²⁵ Carta concedida em 26/01/1883 e registrada em 26/01/1883. Livro de Registros Ordinários 04 (1883-1884), fl. 4v. Segundo Tabelionato da Cidade de Pelotas. APERS.

sua liberdade. Os senhores nem sempre mencionavam nos discursos das cartas o real motivo das libertações ou se houvera pagamento (e de onde provinham tais rendas para a compra da carta). Notório salientar que Euzébio era um personagem bem conhecido na sociedade escravista de Pelotas. Tanto é que seu nome aparecia nos anúncios dos principais jornais da localidade referente a um grupo de apostas de loterias. Segundo Beatriz Loner, Euzébio:

(...) é frequentemente encontrado em notícias de jornais na cidade, mesmo em época de safra, como quando, em fevereiro de 1881, citado como Euzébio Barcellos, ele aparece como fazendo parte de um grupo que aposta em loterias. Este grupo parece ser misto, pois composto de gente livre e escrava ainda, mas é muito heterogêneo, talvez tendo se formado da mesma forma que um bolão é feito hoje, pois os números ficaram depositados em mãos do dono da Cigarraria Bom Fumante e não há motivos válidos para a extrema variedade de seus membros, que incluem, inclusive um médico e um alferes descendente de Domingos de Almeida, charqueador da cidade e prócer da revolução farroupilha, ao lado de artesãos afro-descendentes (A Discussão 26/2/1881). Mais fácil de entender é que, em uma sociedade de apostas para loterias, um pouco mais formal que este precursor do bolão citado anteriormente, ele é o depositário, como tesoureiro, dos bilhetes da grande loteria do Ipiranga, comprados pela Associação Lotérica Feliz Lembrança (LONER, 2011, p. 4-5).

Infelizmente Euzébio não foi contemplado como vencedor nessa aposta loteria. Entretanto, desperta nossa atenção que desde essa época Euzébio já adotara o sobrenome da família senhorial, da qual foi escravo por muitos anos. A adoção do sobrenome senhorial implicava aos libertos uma situação dual em que “se podia ser demarcador de uma relação de submissão, também representava uma forma de forçar o reconhecimento de sua condição de livre” (WEIMER, 2008, p. 273). A prática de incorporar o sobrenome do ex-senhor era comum na sociedade escravista (SCHWARTZ, 1988). Fraga Filho (2006, p. 269) menciona que essa circunstância poderia ser um recurso estratégico para os negros libertos, pois poderiam se movimentar com mais facilidade “num mundo em que as relações pessoais eram decisivas para a sobrevivência”. A prática de adotar o sobrenome de seu ex-dono não era incomum entre os libertos. Sabe-se que para os egressos do cativo a incorporação de um nome senhorial, poderia

lhes trazer alguma vantagem perante a sociedade livre e branca. Seria como uma “carta de boa conduta” carregar essa insígnia junto a seu nome, pois os libertos poderiam transitar e se relacionar com os “homens bons” do mundo livre, escravista e branco.

Outro fato interessante é que Euzébio fazia parte da irmandade do Rosário da cidade. Euzébio representa um grupo de indivíduos que experimentaram e partilharam do mundo da escravidão e da liberdade, com outros escravizados, libertos e homens livres brancos, lutando pela liberdade e por melhores condições dentro de um mundo hostil permeado por incertezas e agruras de uma sociedade em que imperava a escravidão. Euzébio Barcellos foi alforriado em um momento ímpar na sociedade escravista brasileira, nos últimos pilares dessa instituição no país. Na década de 1870 e 1880 havia muita expectativa de liberdade por parte dos escravizados, visto que a possibilidade do rompimento da escravidão não dependia exclusivamente mais da anuência do senhor. A promulgação da Lei do Ventre livre, no ano de 1871, provocou um impacto avassalador nas relações escravistas. O governo imperial passa a interferir nas relações entre senhores e escravos (tidas antes no âmbito doméstico), sinalizando várias medidas que visavam promover a substituição do trabalhador escravo para o trabalhador livre.

A grande medida desta Lei foi a possibilidade de o escravo acionar a justiça por meio de uma ação de liberdade para pressionar os senhores a conceder a carta de liberdade, desde que os cativos tinham o pecúlio necessário para a compra da manumissão. Alguns senhores receosos com tais medidas impostas pelo Estado Imperial concederam alforrias gratuitas ou condicionais (prestação de serviços) para manterem os trabalhadores escravizados ainda sob o manto da esfera do seu poder. Contudo, os escravos também souberam aproveitar as brechas que o sistema ofertava como destacou Fraga Filho:

Naquele momento, os escravos perceberam que estavam ocorrendo mudanças institucionais importantes e, através delas, era possível não apenas melhorarem suas condições de existência dentro da escravidão como alcançarem a alforria (FRAGA FILHO, 2006, p. 48).

É provável que Cosme Rodrigues Barcellos não quisesse enfrentar

maiores dissabores na questão da liberdade de Euzébio Barcellos, visto que na cidade a população escrava vinha se rebelando contra as formas tradicionais de domínio senhorial (SILVA, 2014). A concessão da alforria “gratuita” a Euzébio Barcellos garantindo uma transição pacífica para o mundo da liberdade, servia também de forma pedagógica aos ex-parceiros de infortúnio de Euzébio, mostrando que a alforria era possível, através da obediência e lealdade ao proprietário. Ou também especulamos que a manumissão ofertada por Cosme Rodrigues Barcellos a Euzébio fosse uma estratégia de não trazer à tona ideias conflitantes de liberdade em sua escravaria. Explicamos. Euzébio Barcellos era um sujeito bem articulado na sociedade, tanto que participou da primeira comissão para a Criação do Centro Ethiópico²⁶, em outubro do ano de 1884, já como homem liberto. Este clube era engajado na causa da emancipação escrava no município.

Euzébio era integrante de duas importantes irmandades da cidade, como a de Nossa Senhora do Rosário (já mencionada) e Irmandade de São Benedito (tendo Euzébio ocupado o cargo de protetor, no ano de 1908). Euzébio Barcellos, filho da africana Ângela, foi uma importante liderança da sociedade mutualista chamada Fraternidade Artística, em 1883, logo após tornar-se livre do cativeiro. Esta sociedade mutualista não aceitava indivíduos escravizados e era formada por artesãos afro-descendentes que operavam no meio fabril da cidade. Em 1885, segundo Loner, Euzébio “vai ter uma participação mais constante na diretoria desta entidade, normalmente nos cargos vinculados a Comissão de Contas, em parceria com Manoel Conceição da Silva Santos, outra grande liderança negra católica e abolicionista” (LONER, 2011, p. 7).

A família escrava foi importante estratégia para os projetos de liberdades de muitos escravizados. Podemos perceber que, de diversas maneiras,

²⁶ Segundo Loner (2011, p.6): “Este Centro foi criado pelos afro-descendentes para representá-los na campanha da emancipação de 1884, ou seja, no grande esforço de transformar todos os escravos em contratados com liberdade sujeita a prestação de serviços, que foi uma das grandes campanhas de meados da década de 1880 aqui no sul, vista e encaminhada pelos senhores como forma de terminar com a questão da escravidão de forma moderada e gradual”.

os familiares souberam aproveitar as brechas ofertadas pelo sistema para romper com o cativeiro dos parentes. A carta de liberdade, em muitas ocasiões, foi um processo coletivo, mas no caso de Euzébio é possível vislumbrar um projeto individual de liberdade. Pela articulação que esse escravizado tinha na sociedade escravista pode-se conjecturar que ele estava participando desde a sua vida de cativo no surgimento de forças organizativas pela luta pela liberdade (não apenas a sua) dos trabalhadores escravizados (MATTOS, 2008; LONER, 2016). Uma luta que estava sendo gestada na experiência entre trabalhadores escravizados e livres tanto em ambientes do trabalho rotineiro quanto na sociabilidade de clubes e irmandades na luta pela libertação dos escravos. A luta pela liberdade dessa família começou pela estratégia de amealhar recursos (dinheiro ou em bons trabalhos) para conquista da liberdade de um parente, perpassando um estratagema individual elaborada na experiência entre trabalho livre e escravo, uma luta pela abolição da escravidão. De certo, a luta pela liberdade dessa família se ancorava na perspectiva de ter uma vida com melhores condições, o que de fato ocorreu com a geração vindoura dessa família de escravizados, visto que “os mundos da liberdade e da escravidão não eram cristalizadamente nem necessariamente antagônicos. Eram mundos dialógicos permanentemente trazidos em experiências” (GOMES, 2011, p. 39).

À Guisa de Conclusão

As batalhas pelos projetos de emancipação escrava, em muitos momentos, foram batalhas coletivas de grupos familiares e da comunidade escrava como um todo. Em contrapartida, a liberdade de um familiar alimentava as esperanças de outros membros um dia terem a possibilidade de emanciparem-se do cativeiro. A grande questão em todas as sociedades atlânticas com o fim da escravidão era de como inserir africanos e seus descendentes na nova sociedade que emergia. O problema também residia em como “frear” os avanços da emancipação escrava destes sujeitos, que em diferentes partes da América onde foram escravizados, costumavam suas diferenças e culturas, e projetaram suas lutas em torno dos processos de emancipação individual e familiar (ABREU & VIANA, 2011). Essas ações de luta pela liberdade, os significados pela liberdade e a abolição de fato, sem dúvida, interferiram no

alcance da dominação senhorial e ocasionaram o esfacelamento do regime escravista. Estes acontecimentos não eram um problema local da cidade de Pelotas e tampouco nacional. Eram sintomas da dimensão atlântica das mudanças sociais e políticas nas sociedades escravistas de outrora.

A possibilidade de investir no trabalho, nos laços de obediência e lealdade pode ter potencializado as chances do grupo familiar de Euzébio para a liberdade, assim como o parentesco também era uma via importante de acesso para o caminho da liberdade. É crível que as relações sociais existentes na comunidade de senzala do comendador Barcellos devem ser contextualizadas em um período de pré-abolição, em que o sistema escravista está perdendo seu poder de legitimação desde a abolição do tráfico de escravos. Observei os esforços despendidos pelo charqueador de todo custo não perder seus trabalhadores cativos legados alforrias condicionais que os prendiam ao cativeiro de outrem.

Notório que o projeto de liberdade era um benefício concedido pelos senhores aos seus cativos, todavia, uma concessão conquistada. Pois mesmo que os cativos estivessem no rol de laços de dependência com seus proprietários, considero que era um artifício utilizado por eles para tentarem uma mobilidade social, mesmo que essa estratégia social nunca acontecesse de fato. Pelo menos a tentativa seria válida, mesmo o risco sendo alto de o projeto fracassar. Por isso, a importância da família escrava durante o cativeiro, pois ao mesmo tempo em que ela proporcionava um alicerce para suportar as agruras vivenciadas no tempo da escravidão, por outro lado dava suporte para galgar espaços por autonomia e mobilidade social através da manumissão.

Muitos integrantes da família de Euzébio conseguiram atravessar a porta estreita da liberdade. Mas gostaríamos de ressaltar sobre a figura de Euzébio, que além de conseguir sua carta de alforria no mundo dos brancos, ele envolveu-se no movimento de luta pela liberdade e pela melhoria da condição de vida da comunidade negra. Esse envolvimento deu-se por intermédio da participação na comunidade negra tanto na Irmandade como no clube negro da cidade local. Para Euzébio, nascido sob o signo da escravidão, depois como homem liberto (assim como outros ex-escravizados) não deixaram de criar,

recriar e lutar seus espaços de liberdade em uma sociedade marcada pela hierarquia racial (ALBUQUERQUE, 2009). Pelo contrário, reinventaram suas vidas lutando por melhores condições de vida e por uma cidadania na passagem do mundo da escravidão para a liberdade.

Lista de Abreviaturas

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

ACDP – Arquivo da Cúria Diocesana de Pelotas

Referências Bibliográficas

ABREU, Martha, VIANA, Larissa. Lutas políticas, relações raciais e afirmações culturais no pós-abolição: os Estados Unidos em foco. In: AZEVEDO, Cecília; RAMINELLI, Ronald (orgs.). *História das Américas: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2011, p. 161-190.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

ENGEMANN, Carlos. *De laços e de nós*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

FONER, Eric. *Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FLORENTINO, Manolo, GOÉS, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

FRANCISCO, Raquel Pereira. *Laços da senzala, arranjos da flor de milho: relações familiares e de parentesco entre a população escrava e liberta – Juiz de Fora (1870-1900)*. Dissertação de Mestrado. Niterói, PPG de História UFF, 2007.

FREIRE, Jonis. *Escravidão e Família na Zona da Mata Mineira Oitocentista*. Tese de doutorado. Campinas: PPG de História da UNICAMP, 2009.

GOMES, Flávio dos Santos. “No meio das águas turvas”: raça, cidadania e mobilização política na cidade do Rio de Janeiro -1888/1889. In: GOMES,

Flávio, DOMINGUES, Petrônio (orgs.). *Experiências de emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011, p. 15-44.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro – 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande*. Pelotas: Ed. UFPEL, 2016 [2001].

_____. “Euzébio de Queiróz Coutinho Barcellos: aquele que inventou a si mesmo. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, 2011.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidões e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Fragmentos de um enredo: Nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança parda numa vila fronteiriça (Aurélio Veríssimo de Bittencourt / Jaguarão, século XIX) In: Paiva, Eduardo França; Ivo, Isnara Pereira; Martins, Ilton César. *Escravidão e mestiçagens: populações e identidades culturais*. São Paulo: ANNABLUME, 2010.

_____. *Os Cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano. Porto Alegre- 1858-1888*. Porto Alegre, EST Edições, 2003.

PINTO, Natália Garcia. *Gerações de senzalas, Gerações de Liberdade: experiências de liberdade em Pelotas (1850-1888)*. Tese de Doutorado. Porto Alegre, PPG de História UFRGS, 2017.

_____. *A benção Compadre: experiências de parentesco, escravidão e liberdade em Pelotas, 1830/1850*. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo, UNISINOS, 2012.

REIS, João José, GOMES, Flávio dos Santos, CARVALHO, Marcus J. M. de. *O Alujá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no atlântico negro (1822-1853)*.

São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ROCHA, Critiany Miranda. *Histórias de famílias escravas*: Campinas, Século XIX. Campinas: UNICAMP, 2004.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCOTT, Rebecca. Fronteiras, “linhas de cor” e divisões partidárias. In: COOPER, Frederick, HOLT, Thomas, SCOTT, Rebecca. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 131-200.

SILVA, Roger Costa da. *Os crimes e os direitos: lutas escravas em Pelotas/RS (1845-1880)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História UFRGS, 2014.

SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Segunda edição corrigida. Campinas: Editora UNICAMP, 2011. [1999]

TAVARES, Mauro Dillmann. *Irmandades, Igrejas e Devoção no Sul do Império do Brasil*. São Paulo, UNISINOS/ OIKOS, 2008.

VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas margens do Atlântico: um estudo sobre as elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (Século XIX)*. Tese de Doutorado. PPG de História UFRJ, 2013.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Os Nomes da Liberdade: ex-escravos na serra gaúcha no pós-abolição*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

Abstract: I try to observe in this article how the experience of family ties has potentiated or made difficult the process of obtaining freedom. It is well known that both the process of manumission and the family were important elements of a policy of seigniorial domination, but it is worth emphasizing the struggle for the conquest of liberty by the captives in seizing these seigneurial artifices. To this end I will prioritize a community enslaved by one of the great owner of the locality, with the objective of gathering the maximum of sources and indications for the reconstruction of the history of affections and the familiar ties of the biografado in question, the freedman Euzébio Rodrigues Barcellos.

Key-Words: Slavery - Slave Family – Freedom
